

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

20 a 24 de maio de 2024

Nesta Edição

- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Proteção de Dados

- **Conselho de Proteção de Dados manifesta apoio à MP que transforma ANPD em autarquia especial.** Reuniões promovidas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) reuniram especialistas e profissionais da internet para discutir contribuições ao [PL 2628/2022](#) (*proteção de crianças contra uso excessivo de telas*) de autoria do senador **Alessandro Vieira** (MDB/SE), que visa proteger crianças e adolescentes em ambientes digitais, estabelecendo regras para redes sociais, aplicativos, jogos eletrônicos e outros serviços virtuais. Entre as propostas estão a criação de mecanismos para verificar a idade dos usuários e a supervisão do uso da internet pelos responsáveis, além de exigir que provedores de internet e fornecedores de produtos criem sistemas de notificação de abuso sexual e ofereçam configurações mais eficientes para a proteção de dados pessoais e privacidade. As audiências serviram para que 25 estudiosos apresentassem suas contribuições à CCDD, visando enriquecer o debate acerca do projeto de lei. Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Presidente da ANPD participa de webinar sobre proteção de dados.** O presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Waldemar Gonçalves**, participou de um webinar promovido pela Associação de Bancos no Estado do Rio de Janeiro (ABERJ) para discutir estratégias de proteção de dados e compliance. Na ocasião, ele ressaltou a importância das organizações adotarem as melhores práticas e tecnologias para garantir a privacidade dos clientes. Além disso, destacou a necessidade de os Agentes de Tratamento formularem regras de boas práticas e governança, visando prevenir vazamentos de dados e proteger os clientes de possíveis golpes. Waldemar também ressaltou a importância do trabalho do Encarregado de Dados na implementação de medidas de segurança da informação e proteção de dados pessoais, incluindo a orientação dos funcionários e contratados sobre as práticas a serem adotadas em relação à proteção de dados pessoais. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **Em evento com representantes do Mercosul, Presidente da ANPD defende protagonismo na regulação da tecnologia.** O diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Waldemar Gonçalves**, participou do seminário “*Dados Pessoais e Inteligência Artificial no Mercosul*” e defendeu o papel da Autoridade como órgão central na regulação e fiscalização da inteligência artificial, em coordenação com outras agências setoriais. Gonçalves ressaltou que a inclusão da IA como atribuição da ANPD é natural, e para isso será necessário fortalecer a autarquia em termos de pessoal e orçamento, o que já estava previsto no relatório preliminar do [PL 2338/2023](#), que regulamenta a IA, apresentado pelo senador **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG). A indicação da autarquia também foi apoiada pelo senador **Carlos Viana** (PODE/MG), que enfatizou a necessidade de ampliar e reforçar a ANPD e destacou que sua atuação será em colaboração com outros reguladores setoriais. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **Aberto prazo para emendas ao projeto que dispõe sobre a divulgação de incidentes de segurança de dados pessoais.** O deputado **Jadyel Alencar** (REP-PI) apresentou parecer pela aprovação com substitutivo ao [PL 1876/2023](#) (divulgação de incidentes de segurança de dados pessoais) e apensado na Comissão de Comunicação (CCOM), sendo aberto prazo para oferecimento de emendas ao substitutivo – o qual deve se estender até o dia 29 de maio. A matéria aguarda o encerramento do prazo de emendas para ser incluída na pauta deliberativa da Comissão – em caso de não apresentação de emendas – ou de novo parecer do relator – caso sejam apresentadas emendas. Após a análise pela CCOM, a matéria será encaminhada para deliberação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovada, será remetida para apreciação do Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara*.
- **STF pede informações a Tribunais de Contas sobre compras de softwares espões.** O ministro **Cristiano Zanin**, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que os Tribunais de Contas da União (TCU), dos estados e dos municípios prestem informações sobre processos administrativos relacionados a licitações, compras ou contratações de softwares espões para monitorar celulares e tablets. A decisão foi tomada em resposta a uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1143, apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) devido à falta de regulamentação do uso desses programas por órgãos públicos. A questão foi levada ao STF por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 84, que aponta a falta de atuação normativa do Congresso Nacional na

regulamentação da matéria. A ação foi posteriormente convertida na ADPF 1143 a pedido da própria PGR. Com informações de: [ASCOM STF](#)

Internet

- **Estudo sobre conexão indica baixa qualidade da internet nas escolas públicas.** A qualidade da internet nas escolas públicas brasileiras é o tema central do estudo “[Panorama da qualidade da internet nas escolas públicas brasileiras](#)”, divulgado pelo NIC.br. Segundo a pesquisa, apenas 11% das 32.379 escolas com mais de 50 estudantes no turno de pico atendem à meta estipulada pela Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) do Governo Federal. Além disso, a média nacional de velocidade da conexão das escolas está abaixo de 1 Mbps, sendo de 0,26 Mbps. A pesquisa aponta que essa limitação pode dificultar a introdução de práticas educacionais envolvendo recursos tecnológicos e revela que apenas 29% das escolas contam com computadores, notebooks ou tablets para acesso à internet pelos alunos. O estudo também apontou desigualdades regionais, com o Norte e Nordeste apresentando menor cobertura e qualidade de conexão, enquanto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste demonstram maior abrangência da cobertura de internet. No entanto, o estudo destaca que a evolução na oferta de internet para fins educacionais tem sido observada nos últimos anos, mas ressalta a necessidade de garantir não apenas conexão, mas internet de qualidade e dispositivos suficientes aos estudantes. Com informações de: [Teletime](#)

Segurança Cibernética

- **Subcomissão aprova Plano de Trabalho Avaliação da Política Nacional de Cibersegurança.** A Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovou nesta terça-feira (21) o [Plano de Trabalho Avaliação da Política Nacional de Cibersegurança](#), de autoria do senador **Esperidião Amin** (PT/SC). Durante a reunião, o senador **Sérgio Moro** (UNIÃO/PR) apresentou uma proposta para a criação de um Centro Brasileiro de Cibersegurança, nos moldes do *National Cyber-Forensics and Training Alliance* (NCFTA) dos Estados Unidos, em parceria com os setores público e privado, e sugeriu a realização de audiências públicas para a participação de representantes do Governo Federal e do setor privado na elaboração de um projeto de lei para a criação do novo órgão.
 - » Por sua vez, Amin defendeu a atualização da proposta para o atual cenário, com foco no compartilhamento de dados e esforços, enquanto o senador **Fernando Dueire** (MDB/PE) defendeu a criação de um modelo específico para o setor público e outro para setor privado.

Inteligência Artificial

- **Especialistas e parlamentares defendem regulamentação de inteligência artificial e proteção de dados pessoais no Brasil e no Mercosul.** Parlamentares e especialistas

reunidos em seminário promovido pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul defendem a necessidade de uma legislação específica para regular o uso de dados pessoais e de inteligência artificial. Segundo eles, apesar das facilidades proporcionadas por essas ferramentas, é crucial preservar a privacidade dos usuários e seus dados pessoais. Ao mesmo tempo, é essencial equilibrar a proteção de dados com o estímulo à inovação e à competitividade global. O assunto foi proposto pelo presidente da Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial (CTIA) e está relacionado ao [PL 2338/2023](#), que regulamenta o uso da inteligência artificial no país. Além disso, a regulamentação da inteligência artificial é apontada como um desafio devido à velocidade das mudanças tecnológicas na área. A criação de um mecanismo de cooperação interagências no Mercosul para tratar do tema da proteção de dados também foi proposta durante o seminário. O Brasil busca assumir a liderança no desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial como forma de assegurar as soberanias nacionais, evitando a dependência técnica, científica e econômica de grandes empresas estrangeiras.

- » O senador **Carlos Viana** (PODE/MG), presidente da Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial (CTIA), revelou que o colegiado está analisando o [PL 2338/2023](#), que regula o uso da inteligência artificial no país. A comissão deve votar o relatório do senador **Eduardo Gomes** (PL/TO) até julho, destacando a preocupação crescente dos estados nacionais em harmonizar a proteção de dados com o uso da inteligência artificial. Com informações de: [Agência de Notícias](#) e [Agência Senado](#)

➤ **Líderes em IA se comprometem com desenvolvimento seguro da tecnologia.** As maiores empresas de tecnologia do mundo, incluindo Microsoft, Google, Amazon, Meta, Samsung e IBM, juntamente com laboratórios de desenvolvimento de Inteligência Artificial, se comprometeram a desenvolver a tecnologia de IA com segurança e responsabilidade. Durante uma conferência em Seul, na Coreia do Sul, 16 empresas assinaram o documento “*Frontier AI Safety Commitments*”, concordando em seguir as diretrizes do acordo e publicar relatórios detalhados sobre como mitigam os riscos de utilização indevida de modelos avançados de IA. Este compromisso visa garantir que as gigantes da tecnologia e os laboratórios de IA possam demonstrar como estão lidando com as ameaças e os riscos decorrentes do desenvolvimento e da utilização da Inteligência Artificial. Com informações de: [Tele Síntese](#)

➤ **Coalizão Direitos na Rede critica PL de IA e defende amplo debate.** O grupo de trabalho de inteligência artificial (IA) da Coalizão Direitos na Rede (CDR) expressou insatisfação com o texto preliminar substitutivo do [PL 2338/2023](#), que visa regulamentar a IA no Brasil. Segundo a CDR, o texto apresentado pelo senador **Eduardo Gomes** (PL/TO) traz mudanças significativas em relação ao texto original elaborado pela Comissão de Juristas do Senado Federal (CTIA) que originou o PL do senador **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG). A entidade reconhece que o texto propõe avanços em termos de regulamentação de temas anteriormente não contemplados na discussão legislativa, como IA generativa e questões de sustentabilidade no uso dessas tecnologias, mas ressalta a falta de ampliação da base de direitos fundamentais estabelecida no texto original do PL 2338/2023. A manifestação da CDR foi publicada em seu site oficial, onde o grupo de trabalho destaca a necessidade de revisão do texto preliminar para garantir que a legislação sobre IA contemple de forma efetiva os direitos fundamentais relacionados a essa tecnologia. Com informações de: [Tele Síntese](#)

- **Estudo aponta que a privacidade é um obstáculo para o avanço da IA no Brasil.** Um estudo encomendado pela Ciena, revelou que a segurança e privacidade de dados, restrições orçamentárias e infraestrutura de interconexão de data centers são as principais barreiras para a adoção da inteligência artificial (IA) no Brasil, segundo **45%** dos engenheiros de telecomunicações e tecnologia da informação (TI) ouvidos. Além disso, os profissionais acreditam que os provedores de serviços precisarão atualizar suas redes de fibra óptica para suportar o aumento do tráfego gerado com a IA, sendo que 57% deles preveem atualizações através de software de rede. De acordo com a pesquisa, o uso da IA deve aumentar significativamente o tráfego entre *data centers* e a borda de rede, principalmente nos setores de serviços financeiros, entretenimento/mídia e saúde. Além disso, os entrevistados também destacaram a melhora no atendimento ao cliente, potencial para novos fluxos de receita e maior confiabilidade e desempenho de rede como vantagens significativas da implementação da IA no setor de telecomunicações. Finalmente, a maioria dos profissionais acreditam que a IA irá gerar novas oportunidades de emprego, com **57%** dos entrevistados brasileiros acreditando que a tecnologia aumentará as vagas de trabalho no setor. Em uma escala global, o índice sobe para **67%**, de acordo com as respostas de 1571 engenheiros e gerentes de telecomunicações e TI de 17 países ao redor do mundo. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

Educação

- **MEC institui grupo de especialistas para plataforma Rede Integra.** Foi [estabelecido](#) o Grupo de Especialistas da plataforma Rede Integra, cujo principal objetivo é aprimorar e fortalecer a plataforma tecnológica. A iniciativa tem como foco unir diferentes instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), visando conectar pessoas, laboratórios, tecnologias e serviços para atender às demandas da sociedade e do setor produtivo. Este grupo terá diversas responsabilidades, como estabelecer diálogos com representantes governamentais e não governamentais, contribuir para o planejamento estratégico e operacional anual, propor ajustes de objetivos e metas, e acompanhar a manutenção e evolução da plataforma. Além disso, será composto por representantes de diferentes setores, como a Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (DAF/Setec/MEC) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de EPCT (Conif), entre outros.
- **Vai à Plenário projeto que dispõe sobre a divulgação de dados da educação básica e superior.** A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou, nesta terça (21), o [PL 454/2022](#) (*divulgação de dados da educação básica e superior*), na forma do parecer favorável, com substitutivo, do senador **Esperidião Amin** (PP/SC). A matéria segue ao Plenário. Caso aprovado na forma do substitutivo, o projeto retorna à Câmara dos Deputados para análise das alterações promovidas.

Mídias Sociais

- **Anatel publica relatório de estudo sobre o poder de mercado dos controladores de acesso aos serviços digitais (*gatekeepers*).** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou um [relatório](#) sobre o poder de mercado dos *gatekeepers*, ou seja, controladores de acesso a serviços digitais. O estudo, que faz parte do Projeto Estratégico 19 da Anatel, busca abordar os desafios regulatórios do ecossistema digital e da inteligência artificial, e é o terceiro de uma série de seis pesquisas realizadas em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Coordenado pelo Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Cead), o relatório contou com a participação de renomados pesquisadores da UnB. Segundo o conselheiro diretor da Anatel e presidente do Conselho Superior do Cead, **Alexandre Freire**, a iniciativa reforça a importância de uma abordagem baseada em evidências para entender as dinâmicas do mercado digital e promover intervenções regulatórias mais eficazes e antecipatórias. Ele destacou o papel do Cead como um *think tank* fundamental, promovendo a pesquisa científica e o diálogo acadêmico para a evolução das políticas regulatórias no setor de comunicações digitais e inovações tecnológicas.
- » Já o Conselho Digital, que reúne entre os membros empresas como 99, Amazon, Discord, Google, Hotmart, Mercado Livre, Meta, TikTok, Uber e X, apontou uma falha no estudo, afirmando que a pesquisa não oferece uma análise específica da realidade brasileira. Segundo a entidade, o estudo se concentra em experiências internacionais, deixando de lado as peculiaridades econômicas, jurídicas e sociais do cenário nacional. O Conselho reconhece os esforços da Anatel em compreender melhor a dinâmica dos negócios digitais no país, mas argumenta que a adoção de perspectivas estritamente internacionais não é adequada para apoiar as políticas públicas ou regulatórias brasileiras. A entidade sugere que estudos futuros incluam uma avaliação mais específica das condições brasileiras e uma colaboração mais estreita com atores locais. Além disso, recomenda que as particularidades do Brasil sejam o ponto central de quaisquer análises e recomendações, visando a criação de regulamentações mais eficazes e justas para o mercado digital brasileiro. Com informações de: [ASCUM Anatel](#) e [Teletime](#)
- **Governo e Big Techs entram em trégua de 90 dias para combate às *fake news* no RS.** Nesta segunda-feira (20), a Advocacia Geral da União (AGU) e as principais plataformas digitais do país, como Google/YouTube, Meta, TikTok, X, Kwai e LinkedIn, concordaram em promover a integridade da informação sobre a calamidade climática no estado. O acordo, que contou com a colaboração da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom /PR) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), visa garantir informações íntegras, confiáveis e de qualidade sobre a situação no Rio Grande do Sul, de acordo com os termos de uso das plataformas. Além disso, as empresas se comprometeram a tomar medidas contra conteúdos que violem a integridade das informações sobre a tragédia climática. O advogado-geral da União, **Jorge Messias**, destacou a importância do diálogo neste novo modelo de trabalho, que prevê a continuidade da articulação interinstitucional para cooperação na execução do protocolo. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **CDHMIR irá criar subcomissão para debater mecanismos de monitoramento e contenção da circulação de *fake news* sobre a tragédia climática do Rio Grande do Sul.** A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) aprovou [requerimento](#) da

deputada **Daiana Santos** (PCDOB/RS) para criação de Subcomissão Especial para debater mecanismos de monitoramento e de contenção da circulação de desinformação no contexto da tragédia climática do Rio Grande do Sul. A data de instalação do subcolegiado deve ser divulgada oportunamente.

- **Silas Câmara pretende apresentar proposta de regulação das *big techs* para Arthur Lira.** O presidente da Comissão de Comunicação (COM), deputado **Silas Câmara** (REP/AM), anunciou que na próxima sessão deliberativa do colegiado será apresentado um plano de trabalho para desenvolver uma proposta de regulação das grandes empresas de tecnologia, as chamadas *big techs*. Segundo ele, a CCOM conta com um subgrupo liderado pela deputada **Dani Cunha** (UNIÃO/RJ), que está avanzando em um plano em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e ouvindo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com o objetivo de discutir e apresentar uma proposta de regulação das *big techs* ao presidente **Arthur Lira** (PP/AL). Câmara ressaltou a importância de regulamentar o setor, alegando que a falta de legislação abre espaço para discursos contra matérias importantes para o Brasil e, citando o Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que uma legislação sobre o tema ajudaria a evitar tais discursos. Com informações de: [Teletime](#)
- **Eleições e Inteligência Artificial dominam discussão no Tribunal Superior Eleitoral.** O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promoveu o “*Seminário Internacional - Inteligência Artificial, Democracia e Eleições*”, em parceria com a Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O evento reuniu autoridades, acadêmicos e especialistas para discutir o impacto da inteligência artificial no processo eleitoral, com destaque para temas como democracia, algoritmo, polarização em contextos eleitorais, desinformação e uso da IA. A secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Lílian Cintra de Melo**, participou do primeiro painel do evento. O presidente do TSE, ministro **Alexandre de Moraes**, enfatizou a importância de garantir a liberdade do eleitor no dia da votação, diante da potencialização das *fake news* e da desinformação pelo uso da inteligência artificial, que buscam direcionar o voto e polarizar o processo eleitoral, retirando a liberdade do eleitorado. Com informações de: [ASCOM MJSP](#) e [ASCOM TSE](#)
- **Vai à CCJC projeto que estimula a pluralidade e diversidade de notícias.** A Comissão de Comunicação (CCOM) aprovou o [PL 1354/2021](#) (*estimula pluralidade e diversidade de notícias*), nesta quarta (22), nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, deputado **Gervásio Maia** (PSB/PB). O parecer do deputado foi contrário às 14 emendas apresentadas no Colegiado. A matéria segue para apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovada pelo colegiado, será remetida ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.
- **Designado relator de projeto que dispõe sobre verificação de identidade de empresas em redes sociais.** O deputado **Bibo Nunes** (PL/RS) foi designado relator do [PL 2937/2023](#) (*verificação de identidade de empresas em redes sociais*) no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM). Foi aberto, ainda, prazo para emendas ao projeto – o qual deve se estender até o dia 28 de maio. A matéria aguarda o encerramento do prazo de emendas e parecer do relator a eventuais emendas para ser colocado em votação na Comissão. Após

deliberação pela CCOM, o projeto seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido para apreciação do Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara.*

PD&I

- **Governo cria grupo para estabelecer iniciativa brasileira em tecnologias quânticas.** Por meio da [Portaria MCTI nº 8194/2024](#), o governo brasileiro instituiu um Grupo de Trabalho (GT) com o **objetivo** de discutir e propor as bases e diretrizes para a criação de uma Iniciativa Brasileira para Tecnologias Quânticas. O grupo irá debater e identificar as diretrizes comuns para as políticas públicas em Tecnologias Quânticas, com foco na independência tecnológica do país nesse setor. O objetivo é alinhar a iniciativa com as estratégias nacionais em áreas como segurança cibernética, transformação digital, semicondutores, nanotecnologia, materiais avançados e fotônica, de acordo com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), a Estratégia Brasileira em Inteligência Artificial (EBIA), a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN) e a Iniciativa Brasileira de Fotônica (IBFóton).
 - » O grupo será **composto** por representantes de órgãos como a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, a Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos, Finep, CNPq, Embrapii, CBPF, CNPEM e LNCC. Além disso, poderão ser convidados representantes e especialistas da administração pública, sociedade civil e academia para prestar assessoramento ao grupo.

Economia & Tributário

- **Ministro da Fazenda comparece à CFT para prestar esclarecimentos sobre a política econômica.** O ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) compareceu à audiência pública, nesta quarta (22), realizada pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para esclarecer os desafios herdados ao assumir o cargo, incluindo um déficit inicial de R\$ 63 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023. Haddad destacou a necessidade da [PEC 32/2022 \(Transição\)](#), que priorizou cortes em gastos tributários sem justificativa social, em vez de aumentar impostos, e ressaltou os avanços econômicos alcançados.
 - » Apesar dos desafios globais, como o aumento das taxas de juros internacionais, o ministro expressou confiança na capacidade do Brasil de implementar ajustes fiscais com impacto social mínimo. Na seção de debates, diversos parlamentares realizaram críticas, elogios e questionamentos sobre a questão tributária, como a antecipação da vigência da reforma tributária, o aumento de impostos e a incidência do imposto seletivo sobre os minérios na Reforma Tributária.
- **Desoneração em TICs: emergência para aprovar PL antes do recesso parlamentar.** O setor de tecnologia discutiu em webinar promovido pela Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES), os próximos passos para garantir que o Congresso Nacional aprove o [PL 1847/2024](#) (*fim gradual da desoneração da folha de pagamento até 2027*). De acordo com o

presidente da Abes, **Paulo Roque**, os termos do projeto não são ideais para o segmento, mas representam o acordo possível e garantem que a cobrança não será retomada já neste ano de 2024. Roque destacou que o governo fez uma manobra para implementar a reoneração de maneira paulatina, o que requer mobilização por parte das empresas do setor. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Receita Federal orienta empresas após suspensão da cautelar sobre desoneração no STF.** A Receita Federal publicou uma [nova nota](#) orientativa para os contribuintes, em virtude do adiamento por 60 dias dos efeitos da cautelar do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a desoneração da folha. A orientação é direcionada para empresas e municípios que foram beneficiados pelas desonerações, permitindo que possam retificar as declarações relativas ao mês de abril de 2024 até o dia 15 de maio. Isso visa possibilitar que o recolhimento do tributo com vencimento em 20 de maio seja feito de acordo com a norma aplicável. Além disso, as alterações nos cálculos do eSocial já foram implementadas em produção em 18 de maio de 2024. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Confira os GTs da Câmara para regulamentação da reforma tributária.** A Câmara dos Deputados anunciou, na noite da última terça-feira (21), a formação de 2 grupos de trabalho (GTs) para debater a regulamentação da reforma tributária. O **objetivo** é analisar o texto principal da regulamentação da reforma ([PLP 68/2024](#)) e a atuação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a distribuição das receitas do IBS entre os entes federativos. Essa iniciativa visa aprofundar as discussões sobre a reforma tributária, que se mostra cada vez mais urgente no cenário atual. A divisão em grupos de trabalho permitirá uma análise mais detalhada e especializada sobre temas fundamentais para a regulamentação da reforma, contribuindo para um debate mais aprofundado sobre o assunto. A tecnologia pode ser uma aliada importante nesse processo, facilitando a comunicação e o compartilhamento de informações entre os membros dos grupos de trabalho, além de permitir uma análise mais ágil e eficiente do texto da regulamentação.
 - » O grupo de trabalho da Câmara para a regulamentação da reforma tributária pretende acelerar o processo para votar o projeto de lei enviado pelo governo Lula (PT) antes do recesso em julho. Para isso, os 7 integrantes do GT, representando os maiores partidos da Casa, planejam realizar 4 audiências públicas por semana. Em um modelo inédito na Câmara, não haverá relator ou coordenador, e todas as decisões serão compartilhadas de forma uníssona entre os membros. O deputado **Claudio Cajado** (PP/BA) enfatizou a importância do consenso e da discussão interna em caso de discordâncias, afirmando que essa dinâmica nunca havia sido adotada na Casa Legislativa. Com informações de: [Teletime](#) e [Valor Econômico](#)

- **Fazenda publica as regras e as condições para obtenção da autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa.** A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF) divulgou a [Portaria SPA/MF nº 827/2024](#), que estabelece as regras para a obtenção da autorização para a exploração da modalidade lotérica de apostas de quota fixa por empresas privadas em todo o Brasil. A medida era amplamente aguardada pelas empresas de apostas esportivas e jogos online, e permitirá a regularização dessas atividades no país. Para obter a autorização, as empresas terão que atender critérios

relacionados a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, idoneidade, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica. Com informações de: [ASCOM MF](#)

- **Portaria publica divide atribuições para regulamentação das apostas entre o MF e o MESP.** Foi publicada, nesta quinta-feira (23), a [Portaria Interministerial MF/MESP/AGU nº 28/2024](#) que define as atribuições do Ministério da Fazenda (MF), do Esporte (MESP) e da Advocacia-Geral da União (AGU) para autorização de empresas de apostas no país. Segundo o texto, as empresas que desejam atuar nesse segmento deverão passar por uma análise prévia da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA/MF), seguida de parecer do MESP. Caso haja divergências, o pedido será analisado pela AGU. Além disso, a portaria estabelece que o MESP será responsável por definir quais modalidades esportivas poderão ser objeto de apostas, e a lista deverá estar disponível ao público. A publicação também trouxe os critérios para autorização das bets no país, incluindo habilitação jurídica, regularidade fiscal e idoneidade. E uma vez cumpridos esses critérios, a empresa deverá pagar **R\$ 30 milhões** à União para funcionar pelo prazo de 5 anos. Com isso, o mercado de apostas no Brasil segue em processo de regulamentação, com previsão de conclusão do arcabouço regulatório até julho, segundo o calendário estabelecido pelo governo. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Governo disciplina operações de garantia de financiamentos e empréstimos a mutuários atingidos pelas inundações no Rio Grande do Sul.** O governo brasileiro regulamentou a [MPV 1216/2024](#), para disciplinar as operações de garantia de financiamentos e empréstimos a mutuários que sofreram perdas materiais devido a eventos climáticos extremos em abril e maio de 2024 nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública ou emergência reconhecido pelo Poder Executivo Federal. A medida autoriza a destinação de R\$ 2,25 bilhões para operações de crédito contratadas por mutuários com faturamento anual bruto limitado a R\$ 360 mil, e o mesmo valor para operações contratadas por mutuários com faturamento anual bruto limitado a R\$ 4,8 milhões. Além disso, para ter acesso às linhas de crédito, os mutuários precisam comprovar residência ou estabelecimento em municípios afetados do RS, além de declarar perdas materiais devido a eventos climáticos extremos. Essa medida visa contribuir para a recuperação das áreas afetadas pelos desastres naturais, oferecendo suporte financeiro para as pessoas prejudicadas.
- **Alckmin: Devemos sancionar semana que vem depreciação acelerada para indústria.** O vice-presidente e ministro **Geraldo Alckmin** (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) anunciou em reunião no Palácio do Planalto que o presidente **Lula** deve sancionar na próxima semana projeto de lei que prevê depreciação super acelerada para a indústria. A medida visa ajudar no fluxo das empresas, sem renunciar aos impostos. Alckmin também ressaltou que o governo estabeleceu cotas de importação para 11 produtos de aço, sendo que em caso de superação das cotas, será cobrada uma alíquota de imposto de importação de 25%. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Exclusivo: Governo federal adia para junho apresentação das metas da Nova Indústria Brasil.** O governo federal decidiu adiar para o mês de junho a divulgação das metas da Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial lançada no início do ano. A apresentação, que estava agendada para esta semana, foi adiada devido às enchentes no Rio Grande do Sul, de acordo

com comunicado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgado nesta segunda-feira (20) ao Valor. Com isso, a apresentação das metas acontecerá após a viagem do vice-presidente e ministro **Geraldo Alckmin** (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), para a China, onde comandará a missão brasileira na VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), que será realizada nos dias 5 e 6 de junho em Pequim. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Especialistas e representantes do setor TI discutem os impactos da judicialização da reoneração.** Após o acordo de reoneração da folha de pagamento, o debate sobre a reforma tributária na área da Tecnologia da Informação (TI) tem gerado dúvidas e incertezas. Especialistas e representantes do setor discutiram os impactos da judicialização da reoneração e a busca por um acordo no Congresso Nacional. Enquanto o governo defende a discussão da desoneração no âmbito da reforma tributária sobre a renda, as empresas acreditam que uma solução definitiva deveria ser alcançada por meio da reforma tributária, mantendo o desconto da folha de pagamento até lá. No entanto, a desoneração da folha de pagamento, em vigor desde 2011, permite que as empresas recolham de **1% a 4,5%** sobre a receita bruta em vez de **20%** sobre o salário dos empregados, contribuindo para a geração de empregos formais e a formalização de postos de trabalho no setor de TI. O debate sobre a reoneração no Congresso Nacional envolverá também o reforço de medidas que obriguem as empresas a comprovar a manutenção dos empregos formais e a transparência quanto aos salários pagos. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Prorrogada comissão de modernização de processos administrativos e tributários.** A comissão temporária interna responsável por examinar os anteprojetos apresentados no âmbito da comissão especial de juristas para modernização dos processos administrativos e tributários teve seu prazo de funcionamento estendido em 90 dias, conforme [requerimento](#) aprovado nesta terça-feira (21). O senador **Izalci Lucas** (PL-DF), presidente do colegiado, foi o autor do pedido de prorrogação. Com isso, a comissão (CTIADMTR) poderá continuar suas atividades até 3 de setembro deste ano. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Retorna à Câmara projeto que dispõe sobre a aplicação de juros em contratos sem taxa convencional.** O Plenário do Senado Federal aprovou, nesta terça (21), o [PL 6233/2023](#) (*aplicação de juros em contratos sem taxa convencional*), na forma do parecer favorável, com substitutivo, do senador **Rogério Carvalho** (PT/SE). A matéria retorna à Câmara dos Deputados para análise das alterações promovidas.
- **Vai à CFT projeto que isenta do Simples Nacional, por 5 anos, microempresas com receita anual de até R\$ 96 mil.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) aprovou, nesta terça (21), o [PLP 35/2023](#) (*isenta do Simples Nacional microempresas com receita anual de até R\$ 96 mil*), na forma do parecer favorável, com substitutivo, do deputado **Vitor Lippi** (PSDB/SP). A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após análise da CFT, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.

- **Vai à CFT projeto que permite que empresas optem pelo Simples Nacional em janeiro e em julho.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) aprovou, nesta terça (21), o [PLP 228/2023](#) (*permite que empresas optem pelo Simples Nacional em janeiro e em julho*), na forma do parecer favorável do deputado **Jorge Goetten** (PL/SC). A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após análise da CFT, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **Vai à Plenário projeto que institui a Semana Nacional da Empresa Júnior.** A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou, nesta quinta (23), o [PL 4412/2021](#) (*institui a Semana Nacional da Empresa Júnior*), na forma do parecer favorável da deputada **Laura Carneiro** (PSD/RJ). A matéria segue à Plenário e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **Designado relator de projeto que regulamenta o Comitê Gestor do IBS.** O deputado **Mário Negromonte Jr.** (PP/BA) foi designado relator do [PLP 39/2024](#) (*regulamenta o Comitê Gestor do IBS*) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). A comissão aguarda emissão de parecer para inclusão da matéria em sua pauta deliberativa. Após análise da CFT, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário e, caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal.
- **Designado relator de projeto que autoriza pequenos empreendedores a indicar preposto para juizados especiais cíveis.** O deputado **Ricardo Ayres** (REP/TO) foi designado relator do PLP 122/2022 (*autoriza pequenos empreendedores a indicar preposto para juizados especiais cíveis*) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A Comissão aguarda emissão de parecer para inclusão da matéria em sua pauta deliberativa. Após análise da CCJC, o projeto ainda passa pelo crivo do Plenário. Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **Designado relator de projeto que dispõe sobre a contagem de prazo para pagamento de tributos.** O deputado **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL/SP) foi designado relator do PLP 29/2022 (*contagem de prazo para pagamento de tributos*) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A Comissão aguarda emissão de parecer para inclusão da matéria em sua pauta deliberativa. Após análise da CCJC, o projeto ainda passa pelo crivo do Plenário. Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa da CCJC projeto que esclarece critérios para isenção de ISS sobre exportação de serviços.** O deputado **Pedro Campos** (PSB/PE) apresentou, nesta quarta (22), parecer favorável, com substitutivo, ao PLP 463/2017 (*esclarece critérios para isenção de ISS sobre exportação de serviços*) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O projeto encontra-se pronto para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CCJC, o projeto ainda passa pelo crivo do Plenário. Caso aprovado na forma do substitutivo, o projeto retorna ao Senado Federal para análise das alterações promovidas.

- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa da CDE projeto que institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica.** O deputado **Luiz Gastão** (PSD/CE) apresentou, nesta quarta (22), parecer favorável, com substitutivo, ao [PL 3412/2021](#) (*institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica*) na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). O projeto encontra-se pronto para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CDE, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

Trabalhista

- **Vai à CMULHER projeto que altera regra sobre contratação de vítimas de violência doméstica e ex-presidiários em licitações públicas.** A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) aprovou, nesta terça (21), o [PL 120/2022](#) (*altera regra sobre contratação de vítimas de violência doméstica e ex-presidiários em licitações públicas*) e apensados, na forma do [parecer favorável, com substitutivo](#), do deputado **Sargento Portugal** (PODE/RJ). A matéria segue à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Após análise da CMULHER, o projeto passa ainda pelo crivo das Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **Designado relator de projeto que prevê redução escalonada de contribuições previdenciária nas empresas.** O deputado **Ely Santos** (REP/SP) foi designado relator do [PL 1935/2022](#) (*Redução escalonada de contribuições previdenciária nas empresa*) no âmbito da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), sendo aberto prazo para emendas ao projeto – o qual deve se estender até o dia 30 de maio. A matéria aguarda o encerramento do prazo de emendas e apresentação do parecer do relator ao projeto e eventuais emendas para ser colocado em votação na Comissão. Após deliberação pela CPASF, o projeto seguirá para as Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido para apreciação do Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.
- **CDHMIR aprova requerimento para realização de Audiência sobre o Relatório Nacional de Transparência Salarial.** Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) aprovou, nesta semana, requerimento da deputada **Reginete Bispo** (PT/RS), que solicita a realização de uma Audiência Pública para discutir o 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios sob a perspectiva racial. Os convidados para participarem do debate são representantes do Ministério das Mulheres (MMULHERES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério da Igualdade Racial (MIR) e do Movimento Negro Unificado.

Administração Pública

- **AGU orienta Executivo a elaborar AIR para normativos que afetam mercado.** A Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu uma [Instrução Normativa](#) nesta segunda-feira (20), exigindo que as unidades do órgão instruem os dirigentes do governo a realizarem uma Análise de Impacto Regulatório (AIR) ao elaborar atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou usuários de serviços, como telecomunicações. A orientação se aplica a todo o Poder Executivo e surge após uma fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as iniciativas do governo federal para aprimorar o ambiente regulatório no Brasil e seus impactos na competitividade nacional. O TCU recomendou a promoção de orientação, capacitação e estímulo para a observância da análise de impacto regulatório na elaboração ou alteração de qualquer normativo infralegal que possa onerar os usuários dos serviços ou os agentes econômicos envolvidos. O objetivo é avaliar a possibilidade de tornar a observância dessa análise obrigatória para órgãos ou entidades competentes. Com informações de: [Teletime](#)
- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa projeto que dispõe sobre realização de parcerias do governo com empresas privadas.** O deputado **Florentino Neto** (PT/PI) apresentou, nesta terça (21), [parecer favorável, com emenda, ao PL 3453/2008](#) (*realização de parcerias do governo com empresas privadas*) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa do colegiado. Após análise da CFT, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado com alterações, retorna ao Senado Federal.

Política

- **Período para escolha de novo líder é aumentado por Resolução do Congresso Nacional.** O Regimento Comum do Congresso Nacional passará por [alterações](#) no que se refere à escolha do Líder da Minoria. A promulgação do [PRN 2/2024](#) estabelece o aumento do período de escolha de um novo líder, que passará de 1 para 2 anos. Além disso, a escolha será feita de forma alternada entre senadores e deputados federais, com o Senado Federal responsável pela escolha do biênio 2023-2024.

Orçamento

- **Aberto prazo para emendas ao projeto que limita o montante de operações com recursos não reembolsáveis do FNDCT.** Foi aberto prazo para oferecimento de emendas ao PL 2340/2023 (*limita o montante de operações com recursos não reembolsáveis do FNDCT*) e apensado, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) – *o qual deve se estender até o dia 29 de maio.* A matéria está sob a relatoria do deputado **Lucas Ramos** (PSB/PE) e aguarda a apresentação do parecer do relator ao projeto, apensado e eventuais emendas para votação pela Comissão. Após a análise da CCTI, a matéria ainda passa pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de

Cidadania (CCJC). Caso aprovado, a matéria segue para o Senado Federal – *salvo apresentação de recurso para deliberação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.*

Consultas & Compras Públicas

- **Governo Federal dará agilidade nas compras públicas para enfrentamento da calamidade no RS.** O Governo Federal flexibilizou as regras de licitações para agilizar compras diante de calamidades, em especial para reconstrução do Rio Grande do Sul. A [MPV 1221/2024](#), publicada em edição extra do Diário Oficial da União de 17 de maio, suspende a necessidade de licitação para compras públicas, como bens e serviços, permitindo maior agilidade e menos burocracia. A velocidade e simplificação também se estendem ao fase preparatória das contratações, com a dispensa de elaboração de estudos técnicos de forma extensa. Outro destaque da proposta é a prorrogação de contratos já existentes. Mesmo com as novas orientações, o Governo Federal reforça a transparência das contratações públicas, que deverão ser disponibilizadas no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#) (PNCP) no prazo de até 60 dias. A medida foi tomada diante da dificuldade em cumprir as exigências da [Lei nº 14.133](#), em especial, como a situação do estado gaúcho.. Com informações de: [ASCOM.MGI](#)

Nomeações

- **Gestão nomeia nova coordenadora de Articulação Estratégica no âmbito da Difusão da Transformação Digital.** O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI) [nomeou](#) Luciana de Fátima Zumba Seabra como coordenadora de Articulação Estratégica da Coordenação-Geral de Gestão da Rede Nacional da Diretoria de Difusão da Transformação Digital da Secretaria de Governo Digital.
- **Fausto Augusto Junior é nomeado presidente do Conselho Nacional do SESI.** O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou a [nomeação](#) de Fausto Augusto Junior para a presidência do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI). Fausto assume o lugar de Vagner Freitas de Moraes, [exonerado](#) do cargo no mesmo dia.
- **Coordenadora-geral de Gestão e Tecnologia do ITI é nomeada.** Nesta semana, Jaqueline de Souza Cardoso Alecrim foi [nomeada](#) para o cargo de coordenadora-geral de Gestão e Tecnologia da Informação no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), vinculado à Presidência da República.
- **ANPD nomeia coordenador de fiscalização.** Uma [portaria](#) publicada nesta semana pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública designou José André Ferreira Fontelles de Lima como coordenador de Fiscalização da Coordenação-Geral de Fiscalização da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- **MDIC designa coordenador-geral de Economia Digital.** Nesta [semana](#), foi designado **Hélio Maurício Miranda da Fonseca** para exercer a função de coordenador-geral de Economia

Digital do Departamento de Transformação Digital, Inovação e Novos Negócios do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Agendas de Destaque

- O ministro **Juscelino Filho** (Comunicações), esteve presente na cerimônia de premiação das “*Cidades Amigas do 5G*” organizada pela Conexis Brasil Digital, entidade que representa as empresas de telecomunicações. Durante o evento, Juscelino destacou a importância da parceria entre o ministério e os municípios para levar conectividade a áreas que ainda não possuem infraestrutura adequada. Ele enfatizou a missão de implementar políticas públicas que ampliem e melhorem a infraestrutura, permitindo que todos os brasileiros tenham acesso à conectividade de qualidade, pois a conexão é fundamental para reduzir as desigualdades. O levantamento, realizado pela consultoria Teleco e pela Conexis, analisou os 326 maiores municípios do Brasil, com o intuito de reconhecer as iniciativas das cidades que incentivam a implantação de infraestrutura de telecomunicações e a expansão da conectividade. Com informações de: [ASCOM MCom](#).
- O Supremo Tribunal Federal (STF) promoveu, em parceria com o TikTok, um evento intitulado “*A Justiça falando a sua língua*” no Sesi Lab, em Brasília. O objetivo foi aproximar a justiça da sociedade por meio de diálogos com 14 influenciadores digitais. Os debates discutiram formas de tornar a linguagem jurídica mais acessível e a comunicação do Judiciário com a população. Além disso, foram abordados temas sobre direitos, cidadania e o impacto da justiça na vida das pessoas. A iniciativa contou com a participação do presidente do STF, ministro **Luís Roberto Barroso**, do professor e influenciador João Luiz Pedrosa, do ministro **Flávio Dino**, do STF, e da influenciadora e advogada especialista em crimes de gênero Fayda Belo. Os influenciadores também visitaram o prédio do Supremo e acompanharam a primeira parte da sessão plenária, totalizando 14.872 milhões de seguidores no TikTok. Com informações de: [Portal STF](#).
- A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) marcou presença no Fórum 6G Global Summit, realizado em Londres, para discutir as expectativas e demandas da próxima geração de redes móveis. O conselheiro diretor da Anatel, **Artur Coimbra**, destacou a importância da integração entre diferentes tecnologias, mencionando testes realizados no Brasil com a tecnologia D2D. Além disso, ressaltou a necessidade de comunicação via satélite em áreas onde as redes terrestres não alcançam. O evento abordou também as aplicações de Inteligência Artificial (IA) no gerenciamento das redes, padronização global, tecnologia imersiva, sensoriamento, segurança e a demanda de recurso de espectro. Coimbra ainda comentou sobre a experiência do Brasil na realização do leilão do 5G, reforçando a estratégia de investir parte do valor coletado no setor. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#).